



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 2.874, DE 2015** **(Do Sr. Takayama)**

Dispõe sobre a inclusão do crime de roubo e roubo qualificado na regra da Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990, Lei de Crimes Hediondos.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-469/2015.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

O art. 1º da [Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990 \(Lei de Crimes Hediondos\)](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

II-A – roubo e roubo na sua forma qualificada (art. 155, §1º, § 2º e §3º, do Código Penal);

.....”

### JUSTIFICAÇÃO

A lei de crimes hediondos, [Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990](#), surgiu do anseio da sociedade de minimizar a criminalidade em nosso país.

Ante a perspectiva de haver a redução da maioria, limitando a aplicação a crimes hediondos seguidos de morte é necessário que se inclua o crime de roubo qualificado na lista de crimes hediondos, a fim de que não haja uma migração da cultura delitiva para os menores no que tange a questão do tipo penal de roubo.

Ademais o roubo é tipo penal que vulnerabiliza toda a ordem social, devendo ser a regra coercitiva mais efetiva quanto a aplicação de penalidades.

Note-se que em suma a concepção do conceito de “crimes hediondos” possui efetividade para que entenda como execução penal, sendo que as várias consequências implicam na insuscetibilidade de anistia, graça e indulto, a proibição da concessão de fiança e liberdade provisória, o cumprimento da pena em regime integralmente fechado, dentre outras.

Desta forma, é extremamente necessário que se qualifique o crime de roubo como crime hediondo a fim de se considerar que as leis são os mecanismos para uma eficaz persecução penal.

Ante o exposto, e em face da relevância do tema requeremos o apoio dos nobres pares para aprovar a presente proposição.

Sala da Comissão, em 2 de setembro de 2015.

**Deputado TAKAYAMA**  
**PSC/PR**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990**

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados:

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII); [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 8.930, de 6/9/1994 e com redação dada pela Lei nº 13.142, de 6/7/2015\)\*](#)

I-A - lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição; [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 13.142, de 6/7/2015\)\*](#)

II - latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*); [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 8.930, de 6/9/1994\)\*](#)

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 8.930, de 6/9/1994\)\*](#)

IV - extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, *caput*, e §§ 1º, 2º e 3º); [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 8.930, de 6/9/1994\)\*](#)

V - estupro (art. 213, *caput* e §§ 1º e 2º); [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 8.930, de 6/9/1994 e com nova redação dada pela Lei nº 12.015, de 7/8/2009\)\*](#)

VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, *caput* e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 8.930, de 6/9/1994 e com nova redação dada pela Lei nº 12.015, de 7/8/2009\)\*](#)

VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 8.930, de 6/9/1994\)\*](#)

VII-A - [\*\(VETADO na Lei nº 9.695, de 20/8/1998\)\*](#)

VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, *caput* e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 9.695, de 20/8/1998\)\*](#)

VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, *caput*, e §§ 1º e 2º). [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 12.978, de 21/5/2014\)\*](#)

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado. [\*\(Parágrafo único acrescido pela Lei nº 8.930, de 6/9/1994\)\*](#)

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

I - anistia, graça e indulto;

II - fiança. [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 11.464, de 28/3/2007\)\*](#)

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida inicialmente em regime fechado. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 11.464, de 28/3/2007\)\*](#)

§ 2º A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente. [\*\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 11.464, de 28/3/2007\)\*](#)

§ 3º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade. [\*\(Primitivo § 2º renumerado pela Lei nº 11.464, de 28/3/2007\)\*](#)

§ 4º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. [\*\(Primitivo § 3º renumerado pela Lei nº 11.464, de 28/3/2007\)\*](#)

## DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

### PARTE ESPECIAL

[\*\(Canceladas na Parte Especial quaisquer referências a valores de multas, substituindo-se a expressão "multa de" por "multa" de acordo com o art. 2º da Lei nº 7.209, de 11/7/1984\)\*](#)

### TÍTULO II DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

#### CAPÍTULO I DO FURTO

#### **Furto**

Art. 155. Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

§ 3º Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

#### **Furto qualificado**

§ 4º A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

- I - com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa;
- II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza;
- III - com emprego de chave falsa;
- IV - mediante concurso de duas ou mais pessoas.

§ 5º A pena é de reclusão de três a oito anos, se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.426, de 24/12/1996\)](#)

#### **Furto de coisa comum**

Art. 156. Subtrair o condômino, co-herdeiro ou sócio, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

§ 1º Somente se procede mediante representação.

§ 2º Não é punível a subtração de coisa comum fungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente.

.....  
.....

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------